Cidade

Matéria publicada em 24/04/10

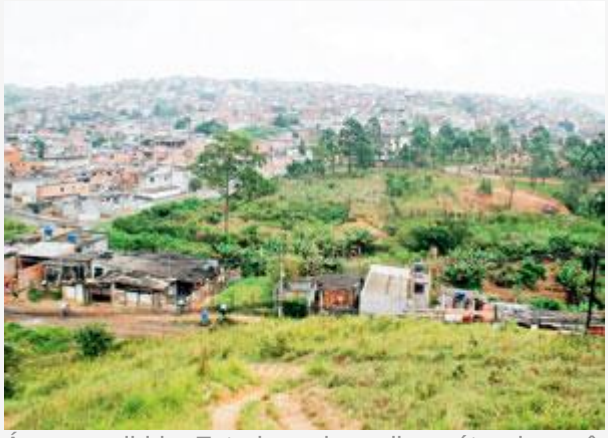
Presídio

Estado desapropria área em Itaquá e livra Mogi da implantação do Cadeião

Área na região do Rio Abaixo poderá ser desapropriada para construção de unidade prisional. É a mesma vistoriada no ano passado

Álvaro Campos
Da reportagem local

Osvaldo Birke



Área escolhida: Estado pode pedir caráter de urgência no processo judicial de desapropriação

Depois de quase dois anos, parece ter chegado ao fim uma das maiores disputas que agitava o Alto Tietê. O governo do Estado publicou ontem um decreto declarando de utilidade pública, para fins de desapropriação, uma área de pouco mais de 158 mil metros quadrados na região do Rio Abaixo, em Itaquá, para a instalação de uma unidade prisional. Esta área é a mesma que foi vistoriada em setembro do ano passado por técnicos da Companhia Paulista de Obras e Serviços (CPOS) para a instalação de um Centro de Progressão Penitenciária (CPP).

Segundo o documento, assinado pelo governador Alberto Goldman (PSDB) e pelo secretário de Administração Penitenciária (SAP), Lourival Gomes, o Estado pode pedir caráter de urgência no processo judicial de desapropriação. O terreno fica às margens da estrada São Caetano do Sul, após a bifurcação com a estrada Santo Expedito, fazendo divisa com Guarulhos.

Em Mogi, os principais líderes do movimento "Cadeião Não!" comemoraram a notícia de que o CPP deve mesmo ser construído em Itaquá. Apenas o presidente de Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de Mogi, Marco Soares Júnior, fez uma ressalva. "O decreto é uma sinalização, indica uma possibilidade da implantação do CPP. Mas

ainda não existe uma confirmação oficial da Secretaria de Administração Penitenciária. A notícia é boa, vem ao encontro dos anseios da comunidade mogiana, mas precisamos lembrar que existem outras área de utilidade pública na região", comentou.

Para o presidente da Câmara de Mogi, Mauro Araújo (PSDB), o comunicado não foi uma surpresa. "Eu acho que o governador José Serra (PSDB) cumpriu com a sua palavra. Ele já tinha dito que o CPP não viria para cá e nós tínhamos certeza de que ele não voltaria atrás. Isso mostra que quando o povo se mobiliza, é muito mais fácil conseguir alguma coisa", opinou. O prefeito em exercício, José Antônio Cuco Pereira (PSDB), preferiu não classificar o fato como uma "vitória" de Mogi.
"Cada cidade tem de colaborar com o governo do Estado, já que os presos são responsabilidade de todos. Mas Mogi já tinha dado sua contribuição com o Centro de Detenção Provisória (CDP), e o prefeito de Itaquá afirmou que queria o CCP. Então considero que o Estado achou um denominador comum", afirmou Cuco.

O ex-prefeito Junji Abe (DEM) comentou que, no final do seu segundo mandato, foi surpreendido com a notícia da possível instalação do Cadeião. "Discordamos radicalmente da ideia, contrariando dispositivos do governo paulista que, diga-se de passagem, era do partido ao qual eu pertencia. Tamanha foi nossa mobilização contra a instalação, que o Estado decidiu rever a medida", disse.

Quem também brigou muito contra a vinda da unidade para a cidade foi o deputado estadual Luís Carlos Gondim Teixeira (PPS). "Foi uma luta muito grande. Nós nos reunimos com o secretário Lourival Gomes e levamos o assunto para a tribuna da Assembleia Legislativa várias vezes. Agora ficamos mais aliviados e parabenizamos o povo do Itapeti, do Taboão, que não vai ter de conviver com o cadeião".

Alívio

Para o presidente da ONG Guerrilheiros do Itapeti, Mário Berti, a notícia traz um alívio e uma tristeza. "Como mogiano, quando a gente consegue espantar essas coisas ruins, lógico que ficamos alegres. Mas, por outro lado, ficamos preocupados com Itaquá".

A unidade prisional pode ter um investimento de até R$ 35 milhões e gerar pelo menos 100 empregos. A capacidade inicial seria de 1,1 mil detentos, em regime semi-aberto, ou seja, eles podem trabalhar dentro da própria cadeia durante o dia.